

LGBTI+ na Editoria de Polícia: Uma cartografia crítica da cobertura de crimes em Roraima¹

Fabício Araújo²

Lisiane Aguiar³

Universidade Federal de Roraima - UFRR

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir sobre a cobertura do jornalismo policial quando os casos envolvem lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e intersexuais em Roraima. Para isto, cartografamos jornais virtuais, o G1 e a Folha, de 2013 a 2024. Observamos que se a Polícia Militar não faz menção a crime de ódio ou homofobia em um caso de agressão ou assassinato contra LGBTI+, há informações importantes do ponto de vista jornalístico que podem simplesmente serem ignoradas invisibilizando partes-chaves que ajudariam na reconstrução da realidade. Por fim, propusemos uma crítica ao ensino na academia, sobre técnica e respeito às minorias na cobertura jornalística, além de sugerir a criação de um material que possa guiar profissionais da comunicação em uma cobertura mais humana, respeitosa e assertiva.

Palavras-chave

LGBTI+; editoria de polícia; cartografia; jornalismo.

Introdução

Como os maiores jornais virtuais de Roraima (o G1 e a FolhaWeb) cobrem casos de crimes na editoria de polícia quando envolvem lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais?

Neste artigo, trabalharemos com a sigla LGBTI+. Desde 2008, quando a sigla da comunidade mudou de GLS para LGBT, diversas variações surgiram e estas variações marcam divergências teóricas e ideológicas de diferentes correntes do movimento, como é comum em qualquer outra minoria organizada. Para além disto, identidades muito específicas dificultariam a busca por materiais que compõem a análise deste artigo. Outros dois pontos relevantes para justificar a escolha de uma sigla mais enxuta é que as versões com Q costumam ser americanizadas, ignorando que *queer* não é um termo em português. Outro ponto é que siglas muito longas, como LGBTQIAPN+ ou variantes mais extensas, podem ser desafiadoras de memorizar ou pronunciar, reduzindo a eficácia da comunicação.

Organizações internacionais, como a ONU, a Comissão Europeia e várias ONGs de direitos humanos, usam a sigla LGBTI+ como forma padrão. Acreditamos que o uso da sigla LGBTI+ é uma solução equilibrada entre representatividade e funcionalidade. Embora existam outras identidades válidas e reconhecidas, o “+” é um sinal de que ninguém está excluído.

Sabemos que os dois jornais cobrem casos de polícia que envolvem a comunidade LGBTI+ porque foi a partir de matérias que ignoram os pronomes reivindicados por pessoas trans que sentimos a necessidade de analisar a produção jornalística policial que envolve esta comunidade.

Para isto, precisávamos saber antes a frequência de matérias publicadas pelos dois veículos, o que resultou em um levantamento de matérias publicadas entre 2013 e 2024 que se encaixam no objetivo. Especificamente sobre pessoas trans, os pronomes são respeitados? Sabemos que há, ainda, grande confusão sobre o uso de pronome das pessoas trans de forma geral, mas queremos entender como jornalistas, que precisam lidar com todo tipo de assunto, tratam esta sensível questão.

Experiência como método: cartografia na observação da pesquisa-intervenção participativa

Com experiência profissional e com base na observação participante nas duas redações que são estudadas por este trabalho além de fazermos parte da comunidade LGBTI+, realizou-se um esforço cartográfico para conectar o conhecimento através das pistas deixadas em publicações dos veículos com a subjetividade pessoal de jornalista e membro da comunidade LGBTI+.

A experiência pessoal descrita como o agenciamento das perspectivas da cartografia-genealogia é uma das “ferramentas de análise e problematização, sem a intenção de erigi-las em modelos baseados em regras e procedimentos pré-definidos, capazes de serem aplicados, replicados e generalizados” (Zambenedetti, Neves da Silva, 2011, p. 454). Ainda de acordo com os autores, questões éticas e políticas não podem ser ignoradas na produção de uma pesquisa, pois fundamentam a abordagem e tornam-se parte do método. Não há como negar que a luta por direitos e respeito a uma minoria é uma questão política, com subjetividades, da mesma forma, a pressão para negar direitos e respeito também é uma força política e subjetiva.

Embora as regras não sejam prescritas, a cartografia ainda segue uma direção para reverter os sentidos tradicionais da pesquisa. Baseando-se nesta afirmação, Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros (2009) afirmam que toda pesquisa é uma intervenção entre o saber e fazer, uma vez, que como já dito, são as pistas que guiam o método para a construção de um trabalho cartográfico.

O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método — não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (metá-hódos), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um hódos-metá. A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados (AGUIAR, 2011).

Historicamente, a comunidade LGBTI+ é uma minoria marginalizada em todo o ocidente. O preconceito contra estas pessoas cresceu conforme o cristianismo, também avançava na civilização

ocidental, conforme explica Daniel Borrillo (2005), professor de direito e ativista que voltou suas pesquisas para explicar a história da homofobia.

Todavia, a discussão sobre respeito ao direito das pessoas LGBTI+ é recente. Segundo Patrícia Gorisch, professora de direito na Universidade Paulista (UNIP), a Organização das Nações Unidas (ONU) só reconheceu o direito das pessoas LGBTI+ como parte dos direitos humanos em 2011, mesmo com relatórios produzidos ainda na década de 1990 que indicavam violação de direitos básicos em razão de sexualidade ou identidade de gênero.

Para aproximar a pesquisa do nosso cenário, utilizamos o livro “Devassos no Paraíso” (2018), do jornalista José Silvério Trevisan, como parte fundamental da discussão. A obra conta a história da homossexualidade do Brasil colônia até 2018. Trevisan não só encaixou evidências científicas, como também narrou sua própria experiência, afinal, ele foi fundador do Somos, grupo pioneiro no ativismo gay do Brasil e do Lâmpião da Esquina, jornal LGBTI+.

No ensaio sobre a história da sexualidade, Foucault (1976) apresenta pistas de que o sexo é vigiado, repreendido e controlado, o que chama de “Teoria Repressiva”. No entanto, ele elenca os argumentos desta teoria para poder criticá-los e refutar a ideia de que a sexualidade é controlada de forma repressiva, como se existisse uma polícia do sexo.

Escolas, igrejas, o direito, a mídia, a saúde, entre tantas outras áreas, são ferramentas desta aparelhagem de controle da sexualidade, segundo o ensaio de Foucault. Ele afirma que há um estímulo para que se fale cada vez mais sobre a sexualidade, inclusive sobre as práticas sexuais privadas, pois assim se sabe mais sobre o que é aceitável e o que causa repulsa, permitindo que o sistema se adapte e continue a vigiar e controlar a sexualidade.

No Brasil, nunca houve lei que proibisse a homossexualidade ou a transexualidade. No entanto, José Silvério Trevisan (2018), jornalista que escreveu Devassos no Paraíso, aponta que sempre houve formas de discriminar e jogar às margens da sociedade a comunidade LGBT+, independente da cor, classe social ou posição no mercado de trabalho que estas pessoas ocupem. Ele afirma ainda que o preconceito foi potencializado a partir do final do século XX em razão do capitalismo.

Segundo Trevisan (2018), no Brasil sempre foi comum a agressão e repressão policial contra homossexuais. O autor descreve que era comum batidas em cinemas que exibiam pornografia gay – e serviam de locais de encontros sexuais – para “mostrar serviço” estampando capas de jornais.

O próprio marco do início do movimento LGBTI+ nasce de um grande conflito com a polícia estadunidense. Em 1969, a comunidade de Stonewall, em Nova York, cansada da repressão policial reagiu em um confronto que ficou conhecido como a “Revolta de Stonewall”, o primeiro levante organizado de lésbicas, gays, bissexuais e travestis em protesto por direitos.

Embora a PM seja uma fonte institucional que registra todas as atividades de seus servidores, esta mesma instituição não está livre de preconceitos ou de erros básicos. O que um policial escreve em um documento deve ser levado em conta na construção das matérias, mas não pode ser a única voz em um jornal, ainda mais, em notícias sobre minorias estigmatizadas.

Para maior aprofundamento das reflexões presentes neste artigo, indicamos a leitura da monografia “LGBTI na Editoria de Polícia em Roraima: Uma Cartografia dos Casos de Crimes nos Jornais Virtuais Do G1 E Da Folhaweab” onde a base teórica é melhor explorada, além das organizações das redações serem explicadas pelos os jornalistas que atuam ou atuaram nelas através de entrevistas cartográficas.

A partir dessa base teórica outras problematizações críticas são cartografadas: como os jornais locais se encaixam nesta perspectiva? Que papel o G1 RR e a FolhaWeb desempenham enquanto engrenagens de uma ferramenta que estimula a fala sobre o sexo?

Como cartografar e o que já foi mapeado?

Em 2013, Roraima apareceu em primeiro lugar entre os estados com o maior percentual de mortes violentas de pessoas LGBTI+ em um relatório de mortes violentas da população LGBTI+ (GGB, 2014), que é publicado anualmente pelo Grupo Gay da Bahia. Para este trabalho, cartografamos as matérias policiais que envolviam pessoas LGBTI+ do G1 Roraima e da FolhaBV que foram publicadas de 1º de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2024. As reportagens não foram cartografadas no ano de publicação, todas foram resgatadas entre 2020 e 2025.

Com as buscas, encontramos 43 links envolvendo membros da comunidade LGBTI+ em casos de polícia ou violação de Direitos Humanos. Também foi considerada uma matéria que não citava a sexualidade da vítima, mas que foi incluída no relatório do GGB de 2020.

A ferramenta de buscas do Google foi o mecanismo usado para o resgate dos links. As palavras “gay”, “lésbica”, “bissexual”, “travesti”, “transexual”, “trans” e “intersexuais” foram combinadas uma a uma com os termos “morte”, “assassinato”, “agressão”, “agredido”, “suspeito”, “roubo”, mais o nome de cada um dos jornais (G1 Roraima e FolhaBV). Os primeiros resultados começaram a aparecer nas buscas a partir de 2015, mas foram encontradas caixas com “saiba mais” e “leia mais” no G1 que direcionavam para publicações de 2013 e 2014 que se encaixam no que procuramos para avaliar nesta pesquisa.

Com a opção de “intervalo personalizado”, buscamos as combinações ano a ano, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, e separamos os links encontrados em seus respectivos anos de publicação.

Todo o material que apareceu nas buscas foi lido para ter certeza de que se encaixava no que

esta pesquisa se propõe a analisar e reservado para que passasse por uma transformação em dados, que em seguida resultaria nesta decodificação a fim de criar um retrato das formas de escrita sobre a comunidade LGBTI+ dos jornais roraimenses pesquisados.

Invisibilidade LB e superexposição do T

Dos 43 links resgatados¹, há 10 em que pessoas da comunidade LGBTI+, especificamente travestis, são suspeitas, condenadas por crimes ou envolvidas em confusões que terminaram na delegacia. Em outras 28 matérias, as pessoas da comunidade LGBTI+ são apontadas como vítimas. Há, ainda, três casos de violência mútua e uma matéria em que não fica claro se trata-se de pessoas da comunidade LGBTI+ e sequer é detalhado o crime do caso.

Os anos de 2013, 2015 e 2016 tiveram menores volumes, apenas uma matéria em cada um. Nenhum caso que se adeque aos objetivos deste estudo nos anos de 2021 e 2024 foi identificado durante as buscas. -

O relatório do GGB colocou Roraima no topo dos estados que mais tiveram mortes violentas de pessoas LGBTI+ em 2013 proporcionalmente, em número real houve uma morte. No entanto, a única matéria sobre esta comunidade que foi resgatada daquele ano é sobre um homem que acusa travestis de assalto e que foi publicada no G1.

Já no ano de 2014, foram encontradas três matérias sobre travestis, sendo dois casos de assassinatos e um em que a travesti é suspeita de assalto. Todos os links são do G1 Roraima e não houve o resgate de nenhum material da FolhaBV, uma vez que a ferramenta de buscas não localizou nenhum link do portal que se encaixa nesta pesquisa.

No ano seguinte, 2015, houve resgate de apenas uma matéria sobre uma travesti que fazia programa, sendo ela vítima de agressão após o cliente suspeitar que ela foi responsável por um assalto. Enquanto em 2016, encontramos uma matéria sobre uma trans condenada por roubar lojas. Os dois casos foram publicados no G1 Roraima.

O ano com o segundo maior volume de matérias resgatadas, 2017, apresenta oito resultados para esta pesquisa. Das oito matérias, sete são sobre travestis e uma sobre um homem gay. Em quatro matérias, uma travesti venezuelana aparece como vítima, sendo duas sobre o encontro de seu corpo e outras duas sobre o suspeito ter se apresentado à polícia. Cada veículo analisado neste estudo publicou duas matérias sobre o caso desta trans, que era uma imigrante venezuelana que trabalhava com venda de sexo para se sustentar no Brasil. O G1 não teve outras publicações sobre crimes

¹ Colocamos todos os links das matérias nesse arquivo:

https://docs.google.com/document/d/1JKCSuB_phRDIAfsRbxOQicIe_2hM6S1AYt1tHWKYVjk/edit?usp=sharing

envolvendo pessoas LGBTI+ em 2017.

Em 2022, um resultado foi identificado na Folha de Boa Vista, com depoimento de uma travesti sobre violências que transsexuais sofrem. Enquanto o G1 Roraima teve duas matérias policiais envolvendo travestis. Em uma delas, é contada a história de um suspeito preso de matar uma travesti. Não há informações sobre quem é o suspeito, mas o nome e a foto da travesti estão registrados na reportagem.

A segunda reportagem do G1 em 2022 também envolve uma adolescente trans. Ela foi física e verbalmente agredida por um policial em uma escola militarizada do estado. Desta vez, a identidade da vítima foi preservada sem nome ou foto publicados, enquanto o agressor aparece em uma colagem com prints de um vídeo da confusão, no entanto, o rosto dele foi borrado na publicação do G1 e seu nome não está exposto.

Já no ano de 2023, na publicação do G1 que se enquadra no recorte desta pesquisa foi encontrada. Ela expõe uma propaganda de uma ótica que usa piadas homofóbicas.

Embora não haja material na editoria de polícia da Folha de Boa Vista sobre a comunidade LGBTI+ em 2023. Uma matéria sobre a proibição de pessoas trans em competições desportivas foi publicada. Ela detalha o projeto de um vereador da capital e reproduz os argumentos transfóbicos sem contraponto e nem mesmo direito de resposta de uma associação LGBTI ou entidade similar, apenas reproduzindo uma longa falácia homotransfóbica sobre sexo biológico para o leitor.

Na editoria de cultura, ambos os jornais expõem um caso de LGBTfobia por parte do Executivo Municipal ao cancelar o show do artista Johnny Hooker em um festival multicultural de Boa Vista chamado “Mormaço”. A reportagem da Folha de Boa Vista possui três parágrafos sem contraponto ou informações adicionais. O material do G1 apresenta o pronunciamento do prefeito Arthur Henrique, a resposta do grupo Athena Cores de Roraima e o pronunciamento do artista.

Já a Folha BV fez mais três publicações retratando travestis como suspeitas de crime ou envolvimento em confusões. O veículo também registrou a morte violenta de um jovem gay, mas sem fazer referência à sexualidade dele na matéria sobre a morte. O jornal só divulgou que a vítima era gay em um material que compilava três mortes de LGBTI+ em um mesmo mês. É preciso pontuar que o veículo fez uma pequena confusão e tratou duas matérias sobre o mesmo caso como se fossem de situações diferentes, desta forma, no mês retratado na matéria foram registradas duas mortes de pessoas da comunidade LGBTI+.

De 2018, foram encontrados seis links. Cinco são exclusivamente sobre travestis e um envolve toda a comunidade LGBTI+. Quatro são sobre ataques contra LGBTI+, um sobre uma travesti suspeita de assalto e outro sobre uma confusão entre travestis que fazem programa e um cliente que terminou na delegacia. Neste ano, o G1 fez dois registros, enquanto o concorrente, quatro.

Seis links foram resgatados do ano de 2019, sendo três suítes. Cinco matérias são sobre travestis e uma sobre um homem gay. São quatro casos de travestis agredidas, mais um em que uma trans foi agredida ao ser acusada de assalto. Também foi registrada a morte de um servidor público gay, mesmo sem que a sexualidade dele tenha sido citada na matéria, o relatório do GGB daquele ano indicou a sexualidade da vítima e usou a matéria do G1 como referência para identificar a vítima. Do total de casos, seis foram publicados pelo G1 e dois pela Folha.

Referente a 2020, resgatamos nove links, sendo sete sobre travestis e dois sobre o mesmo caso de um homem gay, ambos publicados no G1. São seis links sobre violência contra travestis, sendo quatro deles sobre uma adolescente encontrada morta dentro de um saco de lixo, uma suíte sobre o assassinato de uma travesti em 2019 e um militar que fez acusação falsa de roubo contra uma trans. Em uma destas matérias, travestis são retratadas como suspeitas de assaltarem um homem.

Travesti em destaque: sensacionalismo não é representatividade

A sexualidade das vítimas ou suspeitos não foi mencionada em nenhum dos títulos das matérias recuperadas, mesmo que três delas sejam sobre homens gays em condição de vítima, todos foram assassinados. Quando se trata de identidade de gênero, o termo travesti é exaustivamente utilizado, mesmo que não haja nem mesmo uma matéria nos veículos estudados que use o antônimo cisgênero para falar de casos policiais.

A palavra travesti está no título de 27 das 35 matérias analisadas. Salientar a identidade de gênero só é válido em casos em que influencia diretamente no fato noticiado, como quando existe a suspeita de que uma pessoa foi assassinada, agredida ou discriminada de alguma outra forma em razão do gênero que se identifica. Afinal, para cometer crimes não é necessário ser uma pessoa transexual ou homossexual. Em sete casos, mulheres trans são apontadas como suspeitas ou condenadas por crimes. Há seis matérias em que travestis ocupam simultaneamente a posição de vítima e suspeitas de crimes.

Em 2013, o termo travesti não é mencionado no título da única matéria resgatada, mas há uma piada apoiando-se na fala de uma fonte para deslegitimar a identidade de uma suspeita de roubo. "Achei que fosse mulher", disse um homem que afirmou ter sido assaltado por travestis após oferecer carona. A fala foi destacada no título sem qualquer valor jornalístico para justificar a escolha.

Outro caso envolvendo uma trans, e que a palavra travesti não aparece no título, foi noticiado em uma matéria de 2017, que compila três homicídios cometidos na mesma noite, sendo um caso de uma travesti venezuelana.

Em 11 matérias com o termo travesti destacado no título, as trans são apontadas como vítimas. Ainda assim, existe o tratamento incorreto, como diz/guia a militância transgênera para tratar mulheres trans: o uso do artigo masculino e até mesmo ambiguidade de artigos para se referir às trans, como é detalhado a seguir.

Considerações: É ela, mas o jornalista roraimense ainda tem dúvidas

Ao todo, foram oito matérias onde travestis são tratadas exclusivamente com o artigo masculino, o que ignora a luta pelo reconhecimento da identidade dessas pessoas enquanto mulheres trans. Em outras cinco matérias, os textos tratavam estas mulheres trans com os dois artigos, o que indica falta de atenção, conhecimento e até mesmo uma linha editorial desorientada. As 11 matérias restantes que falam sobre travestis, usam o artigo feminino, o correto e exaustivamente clamado pela militância transgênera para tratar mulheres trans. Embora seja uma demonstração de avanço, ainda não é o suficiente e talvez seja um problema pequeno para desmistificar o imaginário popular sobre travestis e transexuais. Mesmo com uso do artigo correto, foi possível observar, com a pesquisa, que jornalistas ainda pecam pelo uso sensacionalista do termo travesti e guiam-se majoritariamente por fontes policiais.

O G1 parece ter alinhado o uso do feminino para tratar mulheres trans. Até o ano de 2017 os jornalistas do veículo usavam o masculino. Uma matéria de 2018 marca bem esta mudança: a URL mostra que ela foi publicada primeiro com o uso de "travestis venezuelanos", mas foi editada; e todo o texto, incluindo título, faz referência à trans do caso no feminino. No entanto, os termos do link de acesso são inalteráveis, uma vez publicado, é possível editar todo o texto, mas a URL sempre permanecerá idêntica àquela da publicação original.

O mesmo não ocorre na Folha de Boa Vista. O jornal muitas vezes trata no masculino, às vezes no feminino e chega a usar os dois artigos na mesma matéria para se referir a uma mesma travesti. Das cinco matérias com artigos masculino e feminino encontradas, quatro foram publicadas pela Folha. Uma destas matérias usa os artigos masculinos e femininos para tratar a mesma travesti e foi publicada em 2020, o que demonstra que, até aquele ano, não houve padronização sobre qual artigo usar para tratar pessoas trans.

Em 17 casos recuperados, a polícia é a única fonte para construção das matérias. Informações do Instituto Médico Legal, das policiais Civil e Militar, delegados e na maioria das vezes do Relatório de Operações Policiais, o ROP, são a única base de informações. A polícia tem caráter repressivo e historicamente contrário ao direito das pessoas LGBTI+, desta forma, estas matérias, exclusivamente com vozes policiais, podem ter a narrativa da realidade comprometida.

Além do erro no uso dos artigos e a prioridade às fontes policiais, também identificamos LGBTfobia cognitiva e afetiva. Afinal, o termo travesti foi demarcado em 27 títulos justamente para marcar a diferença. Em ao menos 10 das matérias recuperadas, há algum tipo de piada ou frase que pode ser entendida como chacota pelo leitor, mais um exemplo de transfobia cognitiva, em que o jornalista deixar transparecer o sentimento de superioridade e descreve de forma irônica a identidade ou sexualidade de um indivíduo que aparece em uma matéria de uma editoria policial, que sempre expõe fragilidade de forma sensacionalista a fim de garantir bons números de audiência.

No G1 RR e na Folha de Boa Vista há diversas matérias em que travestis são tratadas no masculino. Há casos até mesmo do emprego de "a" e "o" na mesma matéria para se referir a uma mesma pessoa transgênero, o que demonstra falta de informação e até mesmo insegurança. No entanto, há casos em que soam como deboche, uma certa tentativa de atrair o público pelo humor humilhante e, desta forma, gerar cliques.

Em uma matéria do G1 sobre um homem que afirma ter sido assaltado por uma travesti, em 2013, após oferecer carona, o título leva uma frase da suposta vítima: "achei que fosse mulher". Na linha fina, uma nova frase do homem é destacada em que ele trata a travesti pelo artigo feminino. No entanto, o jornalista e o editor optaram por usar uma aspa no artigo "a" dentro da frase, o que deslegitima a identidade feminina da travesti perante o leitor.

Se travestis são usadas para render cliques em matérias que destacam a identidade de gênero para falar sobre suspeitas de crimes, lésbicas e bissexuais são figuras inexistentes nas matérias de casos policiais de ambos os jornais. Se a realidade for só o que é publicado no G1 RR e na FolhaBV, então lesbofobia e bifobia não existem em Roraima.

Quanto aos homens gays, eles aparecem em um número muito menor de matérias policiais. Mesmo nos casos em que foram assassinados, não há menção à homofobia ou crime motivado por ódio nas matérias, nem mesmo que haja suspeita por parte da polícia.

Borrillo (2005) afirma que a homofobia no ocidente tem raízes na tradição judaico-cristã, que conforme ganhou espaço naturalizou a exclusão e até mesmo os assassinatos, disfarçados de julgamentos santos, dos homossexuais. Embora os jornalistas que atuam nas redações não necessariamente sejam religiosos, tanto a Folha de Boa Vista, quanto o G1 RR são jornais de famílias abertamente católicas e a relação com a religião transparece em suas coberturas jornalísticas.

As matérias policiais costumam ser construídas a partir de fontes oficiais: Polícia Civil e Polícia Militar. Esta última costuma disponibilizar um documento chamado Relatório de Operações Policiais, conhecido como ROP, para jornalistas. Este documento é um registro da PM sobre o que

foi visto e ouvido pelos próprios policiais durante as diligências de cada caso.

Se a Polícia Militar não faz menção a crime de ódio ou LGBTfobia em um caso de agressão ou assassinato contra LGBTI+, então esta fonte não permite que tal afirmação seja feita pelo jornalista. Logo, há informações importantes do ponto de vista jornalístico que podem simplesmente serem ignoradas ou até mesmo mascaradas no relatório da PM e assim invisibilizar partes-chaves que ajudariam na reconstrução da realidade ao qual o jornalista se propõe a fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Lisiane. **Processualidades da Cartografia nos usos teórico metodológicos de pesquisas em comunicação social**. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011. 150 p.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A História da sexualidade: A vontade de saber**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GORISCH, Patrícia. **O Reconhecimento dos Direitos Humanos LGBT: de Stonewall à ONU**. Curitiba: Appris, 2014.

LARROSSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Universidade Estadual de Barcelona, Espanha, 2002.

MICHELS, Eduardo; MOTT, Luiz. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2015** [Internet]. Brasil: Grupo Gay da Bahia – GGB. Disponível em: <[relatc3b3rio-2015.pdf \(wordpress.com\)](#)>. Acesso em: 22 janeiro de 2021.

MICHELS, Eduardo; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório 2018** [Internet]. Brasil: Grupo Gay da Bahia – GGB. Disponível em: <[relatorio-2018.pdf \(wordpress.com\)](#)>. Acesso em: 25 janeiro de 2021.

OLIVEIRA, J. Marcelo; MOTT, Luiz. **MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia** [Internet]. Brasil: Grupo Gay da Bahia – GGB. Disponível em: <[relatc3b3rio-ggb-mortes-violentas-de-lgbt-2019-1.doc \(live.com\)](#)>. Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

PAULON, Simone; ROMANGNOLLI, Roberta. **Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TREVISAN, José Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.